

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Das Sras. Sâmia Bonfim e Orlando Silva)

Requer a realização conjunta de Seminário, com o tema “30 anos da Política de Redução de Danos”.

Senhora Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência que, nos termos do artigo 24, XIII combinado com o artigo 255 do Regimento Interno, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizado o Seminário “30 anos da Política de Redução de Danos”, em conjunto com as comissões de Legislativa Participativa (CLP); Direitos Humanos e Minorias (CDHM); Desenvolvimento Urbano (CDU); Cultura (CCULT); Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO), e Comissão de Educação (CE), com os seguintes convidados e convidadas:

- Representante da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME) e do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)
- Representante da Organização Mundial da Saúde (OMS)
- Representante da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA)
- Representante da Rede Brasileira de Redução de Danos (REDUC)
- Representante da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
- Raquel Gouveia – Professora da UFRJ e representante do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial no Rio de Janeiro
- Dayana Rosa – Instituto de Medicina Social da UERJ

- Marcos Manso - Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti
- Representante da Iniciativa Negra por uma nova política de drogas (INNPD)
- Representante do Centro de Convivência É de Lei
- Domiciano José Ribeiro Siqueira - Associação Brasileira de Redução de Danos (ABORDA)

JUSTIFICATIVA

A política de redução de danos é a política para saúde mental, álcool e drogas no Ministério da Saúde, e completa 30 anos em 2019. Esta luta teve início na década de 1990, quando, em resposta à epidemia de HIV/Aids, incentivou-se a criação de organizações formadas por usuários de drogas para realização de ações de saúde entre pares.

Desde então, a Política de Redução de Danos vem tomando corpo como um conjunto de estratégias para reduzir os efeitos negativos do uso de drogas respeitando os direitos dos cidadãos, com resultados reconhecidos em todo o mundo como a prevenção de doenças como a hepatite, além da própria AIDS. Feita essa introdução, ressaltamos que esta comissão, além de tratar de assuntos que se relacionem com a prestação de serviços públicos, em geral, também deve se debruçar sobre debates e matérias legislativas que digam respeito à saúde do trabalhador, visto que este é um determinante social que interfere diretamente em sua produtividade.

Para além disso, da produtividade laboral, cabe também a este colegiado refletir sobre alternativas que visem reduzir os danos ocasionados pelas próprias condições e processos de trabalho precarizados à saúde mental de homens e mulheres trabalhadoras. E também, é preciso ressaltar que por meio da promoção do trabalho digno é possível realizar a reinserção social de usuários, considerando a sua dimensão terapêutica.

Por todo o exposto, e observando a pertinência temática absolutamente central deste colegiado, requeremos a esta Comissão que seja parte na realização do

seminário em tela, que deve refletir os avanços da Política Nacional de Redução de Danos nessas décadas e seus desafios.

DEPUTADA SÂMIA BONFIM
PSOL-SP

DEPUTADA ORLANDO SILVA
PC do B-SP